

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

MAPEAMENTO DAS AÇÕES EDUCATIVAS EM SANEAMENTO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

Rafael de Sousa Petró¹; Sandra Maria Furiam Dias²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Engenharia Civil, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: petrosxim@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Tecnologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: smfuriam@uefs.br

PALAVRAS-CHAVES: educação ambiental, mobilização social, saneamento básico

INTRODUÇÃO

A natureza da ação de saneamento a coloca como uma meta social e coletiva, principalmente em função das repercussões coletivas de sua ausência e por se constituir em um monopólio natural e essencial à vida. Em sendo uma meta social, a mesma se situa no plano coletivo, onde os indivíduos, a comunidade e o estado têm papéis a desempenhar. Dada a sua natureza, o esforço para a sua promoção deve se dar em vários níveis envolvendo diversos atores. As ações de saneamento, além de serem fundamentalmente uma ação de saúde pública e de proteção ambiental, são, também, um bem de consumo coletivo, um serviço essencial, um direito do cidadão e um dever do estado. Desse modo, a promoção das ações de saneamento é mais compatível com as políticas pública e sociais. (Brasil, 2004)

A Política Federal de Saneamento 11.445 de 05/01 de 2007 considera como saneamento básico a abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. O Saneamento, no campo da saúde, atua sobre os processos geradores de ocorrência ou determinantes das doenças, As intervenções de Saneamento elevam a qualidade de vida e influenciam no modo de vida das populações beneficiadas podendo ter efeitos positivos sobre o bem estar e saúde (Brasil, 2006).

Sabe-se que os benefícios das ações de saneamento vão além da disponibilidade dos serviços, isto é, tem uma relação com os novos hábitos de higiene adquiridos pela população e pelo novo olhar sobre o ambiente. Heller e Nascimento, 2005, declara que não pode ser desconsiderado os efeitos provenientes da educação sanitária e ambiental, de noções de higiene e do aspecto cultural. Sendo assim as ações de educação ambiental devem estar incorporadas aos projetos de saneamento.

O objetivo do trabalho foi mapear as intervenções em saneamento financiadas pela Funasa em que houve atividades de Mobilização e Educação, realizadas no Estado da Bahia no período de 2002-2007. Como objetivos específicos: identificar os projetos com intervenção educacional realizados em programas de saneamento ambiental no Estado da Bahia e criar um banco de dados com experiências efetuadas, para subsidiar o projeto “Participação e Mobilização social: Metodologia em ações educativas para o Saneamento Ambiental para pequenos municípios”.

METODOLOGIA

Foram feitas visitas técnicas à sede da Funasa, e por meio da autorização do Diretor da instituição a Equipe obteve livre acesso aos arquivos dos relatórios dos Programas de Educação em Saúde e Mobilização Social desenvolvidos pelas Prefeituras do Estado da Bahia, período de 2002 a 2007, como condicionante para o financiamento de obras de Saneamento pela Funasa, além da pesquisa no site da Controladoria Geral da União (CGU) dos convênios realizados pelo órgão do Ministério da Saúde com os municípios.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

Os dados levantados foram: municípios contemplados com recursos financeiros para implantação de obras de saneamento básico, ação de saneamento, custo da obra e do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social e datas do início e final da vigência do convênio município/Funasa.

RESULTADOS

Foram levantados 218 projetos de saneamento sendo que desses 107 foram Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), 86 Sistemas de abastecimento de água (SAA) e 25 outros projetos (sistema de esgotamento sanitário, melhoria domiciliares para combate a doenças de chagas e controle do vetor *aedes aegypti*). Na Figura 1 pode ser visualizada no estado da Bahia a distribuição das intervenções de saneamento financiadas pela Funasa por região econômica e índices de desenvolvimento social. Os valores dos convênios somam R\$ 255.893.633,21 e os valores liberados resultam em um total de R\$ 139.492.008,56. Observa-se que dos recursos conveniados cerca de 54,51% foram liberados. Isto revela que quase metade dos projetos ainda não foram concluídos ou foram cancelados oito anos depois. No site do CGU não estão explicitados os motivos pelos quais os valores não foram liberados.

Também observamos que as intervenções se concentraram nas regiões: Recôncavo Baiano, Região do Paraguaçu, Região Metropolitana de Salvador, Litoral Sul e Sudoeste.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

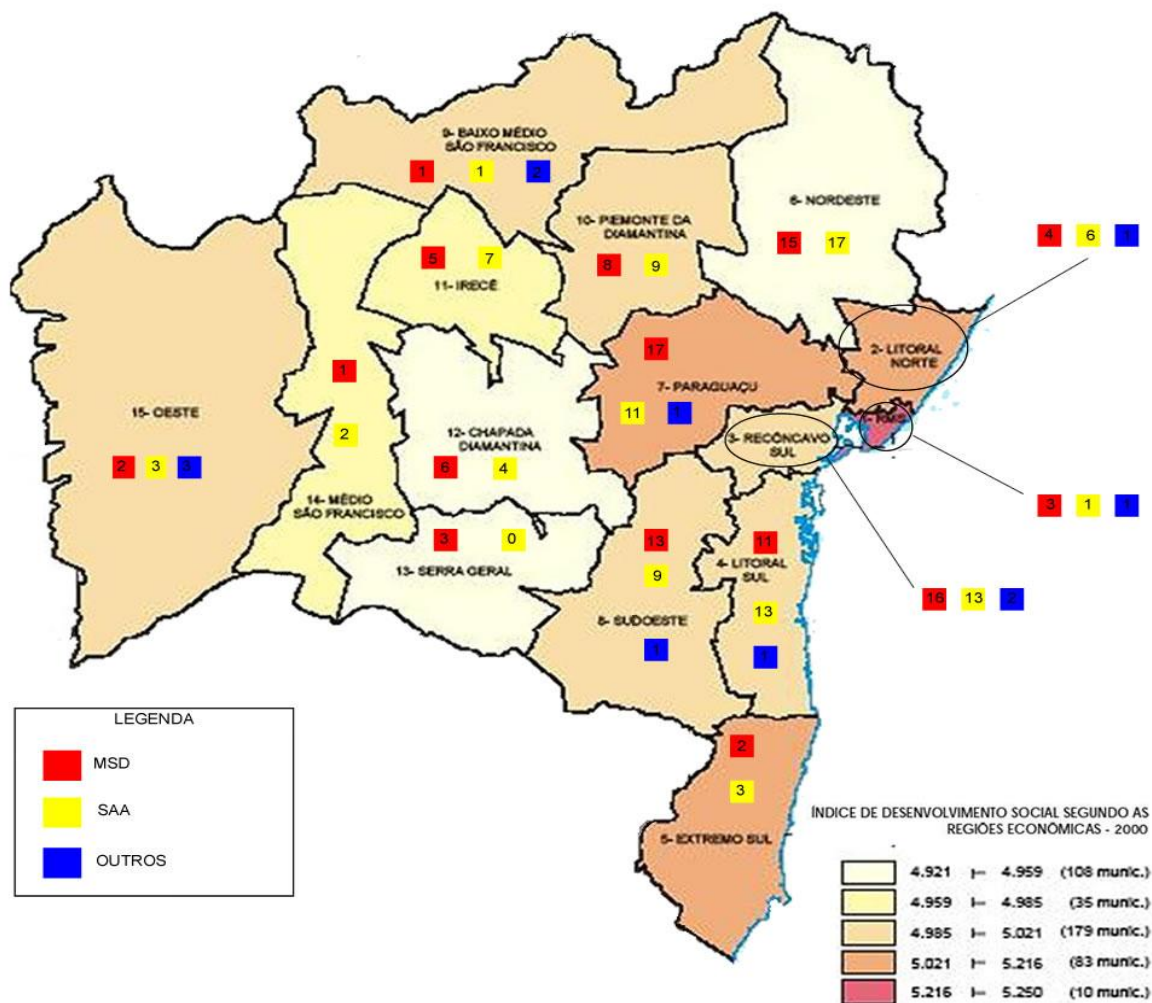


Figura 1 Mapeamento no estado da Bahia das intervenções da Funasa por região econômica e índices de desenvolvimento social.

CONCLUSÃO

No mapeamento por região dos projetos lança luz sobre uma realidade de concentração de investimentos tanto a nível nacional como a nível estadual. No caso da Bahia os investimentos foram direcionados para áreas de importância econômica: Recôncavo Baiano, Região do Paraguaçu, Região Metropolitana de Salvador, Litoral Sul e Sudoeste.

A Funasa como órgão executivo para formação de saúde e inclusão social, por meio de ações de saneamento, deve continuar priorizando os pequenos municípios que apresente baixo índice de desenvolvimento humano IDH para diminuir as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Portaria nº 106, de 04 de março de 2004. Brasília: PRESIDÊNCIA/FUNASA, 2004.

HELLER, L NASCIMENTO, N.O. Pesquisa e desenvolvimento na área de saneamento no Brasil: necessidades e tendências. Engenharia Sanitária. Vol.10 - Nº 1 - jan/mar 2005, p.24-35. ABES:Rio de Janeiro

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

BRASIL, Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

lei N° 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento.